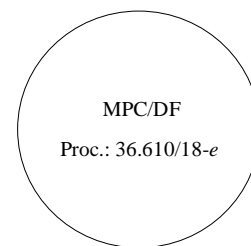




**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**



PARECER: 384/2020– G1P*

ASSUNTO: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 36.610/2018-*e*

EMENTA: 1. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL – SEDESTMIDH. EDITAL Nº 1/2018-SEDESTMIDH. PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA NO CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL. ESPECIALIDADES: AGENTE SOCIAL E CUIDADOR SOCIAL. DECISÃO Nº 5.965/2018. DILIGÊNCIA PARA CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES, SEM PREJUÍZO DE REGULAR SEGUIMENTO DO CERTAME. CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. DECISÃO Nº 803/2019: CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA E NOVA DILIGÊNCIA. DECISÃO Nº 1.894/2019: CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DO CERTAME. DECISÃO Nº 463/2020: CONHECIMENTO DE DENÚNCIAS APRESENTADAS E FIXAÇÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DA SEDES E DO IADES.
2. A **ÁREA TÉCNICA** OPINOU PELO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. **PROCEDÊNCIA**, NO MÉRITO, DAS DENÚNCIAS APRESENTADAS E INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DE CANDIDATOS. ACOMPANHAMENTO DO CERTAME.
3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.**

1. Cuidam os autos do exame formal do Edital nº 1/2018 - SEDESTMIDH¹, para realização de concurso público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH.

2. Após tomar conhecimento do Edital, o Tribunal determinou diligências por meio da Decisão nº 803/2019. Seguindo, o c. **Plenário**, por meio da r. Decisão nº 1894/2019, deliberou pelo atendimento da diligência e autorização para acompanhamento do certame, nos seguintes termos:

☐ G1P-XIV

1 *e*-DOC 9702CD96-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Proc.: 36.610/18-e

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Editais consubstanciados nas Peças 23/24; II – **ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão n.º 803/2019**; III – **autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame**. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, IV, do RI/TCDF.”*

3. Candidatos inconformados com a eliminação do certame apresentaram denúncias à Ouvidoria do **MPC/DF**², bem como à Ouvidoria do TCDF³, no intuito de contestar a previsão contida no instrumento editalício do concurso a respeito da **eliminação de candidatos que, embora aprovados em todas as etapas, forem classificados acima do limite de vagas e cadastro de reserva oferecidas no Edital** (itens 10.4, 10.5 e 11.9).

4. Em síntese, os denunciante entendem que a previsão contida no Edital do concurso, eliminando candidatos classificados acima do limite das vagas, deveria ser **afastada**, em razão do déficit existente na Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, sendo que o número de candidatos aprovados é **insuficiente** para sanar essa defasagem.

5. Também **pleitearam a flexibilização da cláusula de barreira prevista no Edital normativo, que elimina do certame aqueles não convocados para o Curso de Formação Profissional**, e requereram ao final que todos os candidatos aprovados na prova objetiva pudessem participar do referido curso.

6. Sobreveio a **Decisão n.º 463/2020** (peça 50), ocasião em que o Tribunal deliberou, dentre outras medidas, por fixar prazo para manifestação da Jurisdicionada e do Instituto Brasil de Educação – IBRAE acerca dos fatos apontados nas denúncias.

7. A este respeito, a Jurisdicionada encaminhou o Ofício n.º 263/2020-SEDES/GAB e anexos (peça 59), apresentando à Corte os esclarecimentos, não opondo óbice quanto à questão da quebra de cláusula de barreira. Apesar da notificação da Decisão n.º 463/2020 (peça 53), o Instituto Brasil de Educação – IBRAE permaneceu inerte.

8. Ato contínuo, a Comissão do Concurso da SEDES, Cargo-Agente Social, apresentou requerimento (peça 58), por meio do qual solicitou a anulação do ato que desclassificou os candidatos relacionados do concurso da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEDES) para o cargo de Agente social, e a inclusão desses concorrentes nas demais etapas do certame, permitindo-os realizar a entrega da documentação, a perícia média e o exame psicotécnico, bem como as demais fases do certame.

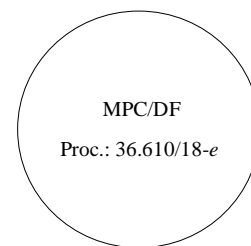
9. Em análise de sua competência, por meio da Informação 77/2020 – DIFIPE3 (peça 65), a diligente Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal apreciou a resposta da Jurisdicionada e o requerimento da Comissão do Concurso, e **sugeriu ao e. Plenário:**

2 e-DOC 1A606808-e, e-DOC 0BC27FE9-e, e-DOC B67F30D1-e, e-DOC 336DDE8F-e e e-DOC E5BB54A0-e.

3 e-DOC C099ED88-e, e-DOC 164F67A7-e e e-DOC 72D46B92-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



“I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 263/2020 – SEDES/GAB e anexos (Peça 59), encaminhado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, considerando cumprida a determinação inserida no item II da Decisão n.º 463/2020;*
- b) do requerimento apresentado pela Comissão dos Candidatos do Concurso da SEDES/DF, cargo Técnico em Assistência Social, especialidade Agente Social (Peça 58);*
- c) dos editais que integram as Peças 60 a 64;*

II – considerar, no mérito, procedentes as denúncias apresentadas nos autos (Peças 33/35, 37/38 e 42/43) em face do Edital .º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, que divulgou concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, em face da superveniência da Lei-DF n.º 6.488/2020, que passou a não considerar como eliminados os candidatos que não haviam sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame, observando que cabe exclusivamente à Administração Pública, dentro da discricionariedade de que é detentora, deliberar sobre a nomeação dos candidatos ora considerados não eliminados, notadamente em razão da linha de entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmada em sede de repercussão geral no bojo do Recurso Extraordinário n.º 837.311/PI, no sentido de que somente os candidatos aprovados dentro do número de vagas fixado em edital possuem direito subjetivo à nomeação, o que não é o caso dos ora denunciante;

III – indeferir o requerimento apresentado pela Comissão dos Candidatos do Concurso da SEDES/DF, cargo Agente Social (Peça 58), por insubsistência própria de suas razões, notadamente em razão de não terem sido comprovadas as irregularidades aventadas, além do fato de o Edital n.º 11/2019-SEDES/DF, publicado no DODF de 24.7.2019, ter sido claro ao divulgar as instruções e documentação que deveria ser entregue na fase de sindicância de vida pregressa e investigação social, bem como o local e horário para tanto, além de divulgar data, horário e local da avaliação psicológica e da perícia médica;

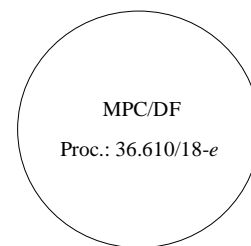
IV – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida aos denunciante, bem como ao requerente nominado na Peça 58;

V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para continuidade do acompanhamento do certame.”

- 10. Os autos vieram ao **Ministério Público de Contas**, por força do Despacho Singular nº 149/2020 – GCRR (peça 67).
- 11. É o relatório. Passo a opinar.
- 12. A fase atual demanda deste **Órgão Ministerial** a análise acerca da manifestação da Jurisdiciona no Ofício nº 263/2020-SEDES/GAB acerca de denúncias recebidas no âmbito



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



do TCDF, bem como do requerimento da Comissão do Concurso da SEDES, Cargo-Agente Social.

13. Em resposta à Decisão nº 463/2020, a SEDES/DF não apresentou óbice quanto à questão da quebra de cláusula de barreira, sob fundamento das disposições da Lei Distrital n.º 6.488/2020, que veio regulamentar justamente o objeto das denúncias apresentadas ao TCDF, em especial o “art. 16-A” determinando que *“os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados.”*

14. Para fins de esclarecimento, retomo os itens do Edital do Concurso contestados pelos candidatos, em especial o item 10.5:

“10.4. Serão convocados para o Curso de Formação Profissional os candidatos aprovados na primeira etapa e classificados dentro do número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, respeitando as vagas destinadas aos candidatos portadores de deficiência e os empates na última posição.

10.5. Os demais candidatos, não convocados para esta etapa serão considerados eliminados, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido.”

15. A este respeito, por ser pertinente ao caso em análise, importante repisar a Lei Distrital n.º 6.488/2020:

“Art. 1º A Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, é acrescida do art. 16-A com a seguinte redação:

Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

16. Depreende-se do art. 16-A que a alteração normativa veio abraçar a situação dos candidatos que haviam sido considerados eliminados do certame em análise, em razão de cláusula de barreira prevista no item 10.5 do Edital, aplicando-se a norma ao concurso em andamento.

17. Neste entendimento, em convergência com a Unidade Instrutiva, o **MPC/DF considera procedentes as denúncias objeto das peças 33/35, 37/38 e 42/43**, em face do Edital nº 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, haja vista a superveniência da Lei Distrital n.º 6.488/2020, que passou a não considerar como eliminados os candidatos que não haviam sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame.

18. No entanto, vale destacar que os candidatos não classificados dentre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame e não eliminados **preservam uma mera**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Proc.: 36.610/18-e

expectativa de direito à nomeação, nos termos da linha de entendimento do Supremo Tribunal Federal, do qual cito o seguinte e elucidativo precedente:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 784 DO PLENÁRIO VIRTUAL. CONTROVÉRSIA SOBRE O DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO NO CASO DE SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. IN CASU, A ABERTURA DE NOVO CONCURSO PÚBLICO FOI ACOMPANHADA DA DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA NECESSIDADE PREMENTE E INADIÁVEL DE PROVIMENTO DOS CARGOS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 37, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988. ARBITRÁRIO. PRETERIÇÃO. CONVOCAÇÃO EXCEPCIONAL DA MERA EXPECTATIVA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, BOA-FÉ, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE E DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA. FORÇA NORMATIVA DO CONCURSO PÚBLICO. INTERESSE DA SOCIEDADE. RESPEITO À ORDEM DE APROVAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A TESE ORA DELIMITADA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O postulado do concurso público traduz-se na necessidade essencial de o Estado conferir efetividade a diversos princípios constitucionais, corolários do merit system, dentre eles o de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (CRFB/88, art. 5º, caput).

2. O edital do concurso com número específico de vagas, uma vez publicado, faz exsurgir um dever de nomeação para a própria Administração e um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. Precedente do Plenário: RE 598.099 - RG, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 03-10-2011.

3. O Estado Democrático de Direito republicano impõe à Administração Pública que exerça sua discricionariedade entrincheirada não, apenas, pela sua avaliação unilateral a respeito da conveniência e oportunidade de um ato, mas, sobretudo, pelos direitos fundamentais e demais normas constitucionais em um ambiente de perene diálogo com a sociedade.

4. O Poder Judiciário não deve atuar como “Administrador Positivo”, de modo a aniquilar o espaço decisório de titularidade do administrador para decidir sobre o que é melhor para a Administração: se a convocação dos últimos colocados de concurso público na validade ou a dos primeiros aprovados em um novo concurso. Essa escolha é legítima e, ressalvadas as hipóteses de abuso, não encontra obstáculo em qualquer preceito constitucional.

5. Consectariamente, é cediço que a Administração Pública possui discricionariedade para, observadas as normas constitucionais, prover as vagas da maneira que melhor convier para o interesse da coletividade, como verbi gratia, ocorre quando, em função de razões orçamentárias, os cargos vagos só possam ser providos em um futuro distante, ou, até mesmo, que sejam extintos, na hipótese de restar caracterizado que não mais serão necessários.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Proc.: 36.610/18-e

6. A publicação de novo edital de concurso público ou o surgimento de novas vagas durante a validade de outro anteriormente realizado não caracteriza, por si só, a necessidade de provimento imediato dos cargos. É que, a despeito da vacância dos cargos e da publicação do novo edital durante a validade do concurso, podem surgir circunstâncias e legítimas razões de interesse público que justifiquem a inocorrência da nomeação no curto prazo, de modo a obstaculizar eventual pretensão de reconhecimento do direito subjetivo à nomeação dos aprovados em colocação além do número de vagas. Nesse contexto, a Administração Pública detém a prerrogativa de realizar a escolha entre a prorrogação de um concurso público que esteja na validade ou a realização de novo certame.

7. A tese objetiva assentada em sede desta repercussão geral é a de que **o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizadas por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, a discricionariedade da Administração quanto à convocação de aprovados em concurso público fica reduzida ao patamar zero (Ermessensreduzierung auf Null), fazendo exsurgir o direito subjetivo à nomeação, verbi gratia, nas seguintes hipóteses excepcionais: i) Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital (RE 598.099); ii) Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação (Súmula 15 do STF); iii) Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.**

8. In casu, reconhece-se, excepcionalmente, o direito subjetivo à nomeação aos candidatos devidamente aprovados no concurso público, pois houve, dentro da validade do processo seletivo e, também, logo após expirado o referido prazo, manifestações inequívocas da Administração piauiense acerca da existência de vagas e, sobretudo, da necessidade de chamamento de novos Defensores Públicos para o Estado.

9. *Recurso Extraordinário a que se nega provimento*”.

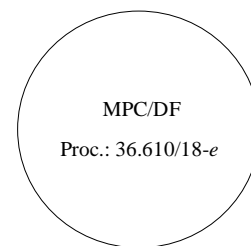
(RE 837.311/PI, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Luiz Fux**, DJe de 18/4/2016).

19. Ademais, como bem salientou o Corpo Técnico, somente a Jurisdicionada pode deliberar sobre o aproveitamento dos candidatos que, por força da Lei n.º 6.488/2020, vierem a ser considerados não eliminados do certame, uma vez que apenas os candidatos aprovados dentro do quantitativo de vagas fixado em edital têm direito subjetivo à nomeação, observando-se a discricionariedade administrativa.

20. Prosseguindo, outro ponto a ser debatido nestes autos se refere ao **requerimento** da Comissão do Concurso da SEDES, Cargo-Agente Social (peça 58), por meio do qual solicitou a **anulação do ato que desclassificou os nove candidatos relacionados do concurso** da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEDES) e a **inclusão desses concorrentes nas**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**



demais etapas do certame, permitindo-os realizar a entrega da documentação, a perícia média e o exame psicotécnico, bem como as demais fases do certame

21. Alegam os requerentes que compareceram para entrega da documentação relacionada à sindicância de vida pregressa e avaliação médica, em horários compatíveis com o disposto no Edital de convocação nº 11/2019, mas foram impedidos por funcionários da banca examinadora, motivo por que restaram eliminados das demais etapas do concurso.

22. Apontam os requerentes que a banca examinadora justificou a eliminação dos candidatos com base em dispositivos do Edital de nº 11/2019, entretanto o instrumento apresentaria uma série de erros e ambiguidades que acarretaram diversos problemas nos dias para a entrega da documentação, os quais estão abaixo sintetizados:

- i) previsão de horário para entrega de documentos, sem imposição de tempo limite, acompanhado da relação nominal de candidatos;
- ii) a negativa de recebimento de documentos por parte da banca, como o comprovante de endereço da requerente Kátia de Moura Andrade, que estava em nome de seu companheiro;
- ii) falta de monitoramento do ambiente por meio de câmeras;
- iv) alguns candidatos entregaram documentos fora do horário e em condições não previstos no Edital nº 11, conforme comprovariam prints de mensagens de WhatsApp anexados;
- v) edital não define de forma objetiva o horário de entrega de documentação; e,
- vi) local para entrega da documentação com endereço incompleto.

23. Para a compreensão da demanda, importante reiterar o Edital nº 11/2019 – SEDES, anexo às fls. 30/35 da peça 58, que tornou pública a convocação para a sindicância de vida pregressa e investigação social, bem como para a avaliação psicológica e perícia médica, trazendo diretrizes a serem cumpridas pelos candidatos:

“2. DA SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

2.1.2. Não será admitido ingresso de candidato no local após o horário fixado para a entrega da documentação exigida no subitem 2.3 deste Edital.

2.2. DAS INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO - FI

2.2.1. O Formulário de Identificação (FI) é um documento de natureza sigilosa, de caráter reservado e se destina, exclusivamente, ao uso do Instituto Brasil de Educação (IBRAE) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF), com a finalidade de instruir a fase da sindicância de vida pregressa e investigação social.

2.2.2. O formulário da sindicância de vida pregressa e investigação social deverá ser preenchido e entregue juntamente com a documentação descrita no item 2.3 deste Edital.

2.2.3. O candidato deverá ler o formulário com atenção antes de preenchê-lo e fornecer informações exatas e com riqueza de detalhes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Proc.: 36.610/18-e

2.2.4. O Formulário de Identificação (FI) da fase da sindicância de vida pregressa e investigação social estará disponível na página eletrônica do IBRAE (www.ibrae.com.br), devendo o candidato acessar a opção CONCURSOS existente na parte superior da página, e, depois, INFORMAÇÕES

2.3. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NA FASE DA SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

2.3.1. O candidato, às suas expensas, deverá providenciar e entregar na Central de Atendimento ao Candidato do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), os documentos relacionados nos seguintes subitens, originais ou por meio de cópias autenticadas em Cartório de Notas ou na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES), conjuntamente com o Formulário de Identificação (FI) mencionado no item 2.2.1 deste Edital, devidamente assinado.

(...)

2.4. DO LOCAL E DO HORÁRIO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E DO FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO - FI

2.4.1. O candidato deverá providenciar a documentação relacionada no item 2.3 deste Edital e o Formulário de Identificação - FI, devidamente preenchido e assinado, para a realização da sindicância da vida pregressa e investigação social. Essa documentação deverá ser entregue nos dias 8, 9, 12 e 13 de agosto de 2019, na Central de Atendimento ao Candidato do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), localizada no SGAN, Q. 609, Módulo A, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70830-401, na forma e nos horários indicados nos subitens 2.4.2 e 2.4.3 deste Edital.

(...)

2.4.1.2. Será eliminado do concurso o candidato que deixar de fazer a entrega de um ou mais documentos, em consonância com o presente edital ou não comparecer ao local, nas datas e nos horários previstos no subitem 2.4.2, 2.4.3 e 2.5 deste Edital.

2.4.2. AGENTE SOCIAL

2.4.2.1. CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.4.2.1.1. TURMA 1

A) 8/08/2019, às 8h.

7000039168, THIAGO RIBEIRO DE CARVALHO; 7000022143, GENIVALDO JOSÉ DIAS; 7000040197, JÉSSICA FÉLIX JACQUES.

B) 8/08/2019, às 9h.

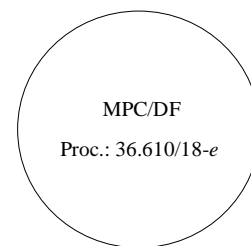
7000031988, NAYARA SANTOS DA FONSECA ARAUJO; 7000083058, LEONARDO RODRIGUES BARROS; 7000073489, DILMA RODRIGUES MACEDO PEREIRA.

C) 8/08/2019, às 10h.

24. Como se observa, convergindo com o Corpo Técnico, o Edital nº 11/2019 foi objetivo e claro ao divulgar as instruções quanto à entrega da documentação, especificando regras para preenchimento do Formulário de Identificação (subitem 2.2); a documentação que deveria ser entregue na fase de sindicância de vida pregressa e investigação social (subitem 2.3); o local e horário para entrega da documentação e do Formulário de Identificação, inclusive indicando nominalmente o horário de comparecimento de cada candidato (subitem 2.4).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



25. Neste entendimento, o impedimento de circulação de candidato fora do horário convocado e a negativa em receber documento em desacordo com o Edital **está entre as prerrogativas da banca examinadora, não violando norma editalícia.**

26. Quanto à alegada quebra de isonomia, pelo recebimento de documento em desacordo com o Edital, conversas de WhatsApp firmando opiniões pessoais do que “*acha que aconteceu*”, não se presta ao fim a que se destina e não demonstra de forma concreta e com razoável grau de certeza a conduta irregular do IBRAE.

27. Portanto, na visão deste membro do **Parquet**, as falhas apontadas no requerimento da Comissão não podem ser imputadas ao Edital nº 11/2019, o que conduz ao **indeferimento** do pleito, uma vez que não se vislumbra falha ou quebra na isonomia nas regras objetivas definidas no Edital do certame.

28. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas** **aquiesce** com as sugestões do competente Corpo Técnico.

É o Parecer.

Brasília, 15 de maio de 2020.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição